

economia

Setor de finanças sugere apoio a empreendedores

Manifesto com medidas emergenciais foi entregue a autoridades por executivos de finanças do Estado, ligados ao Ibef-RS

/ CLIMA

Caren Mello, especial para o JC
caren.mello@jcrs.com.br

A catástrofe climática que se abateu sobre o Rio Grande do Sul e, especificamente, sobre as empresas gaúchas demandará um esforço ainda não totalmente calculado por seus executivos. A única certeza é de que, para se reerguerem precisarão de auxílio de diversas fontes, incluindo os governos federal, estadual e dos municípios para a questão de tributação e disponibilização

O que propõe o Ibef-RS

Medidas tributárias à Pessoa Jurídica

- ▶ Suspensão por 12 meses do pagamento dos Impostos Federais, Estaduais e municipais ordinários para MEI, Micro e Pequenas Empresas e de 6 meses para Médias e Grandes empresas. Que os impostos apurados neste período sejam parcelados em 5 anos;
- ▶ Suspensão por 12 meses do pagamento de parcelamentos tributários em curso e alongamento deste prazo ao final.

Medidas de crédito à Pessoa Jurídica

- ▶ Disponibilização, via BNDES, BRDE, Badesul e Bannisul, de linhas de crédito de 7 anos para reconstrução das empresas, com juros equivalentes a TLP e prazo de 5 anos para pagamento, sem exigência de garantias;
- ▶ Suspensão por 12 meses do pagamento dos financiamentos vigentes junto aos bancos de desenvolvimento ou seus agentes e alongamento deste prazo ao final do contrato.

Medidas de apoio às Pessoas Físicas

- ▶ Liberação do FGTS;
- ▶ Suspensão por 12 meses para o pagamento dos financiamentos imobiliários vigentes e alongamento deste prazo ao final dos contratos.

de créditos.

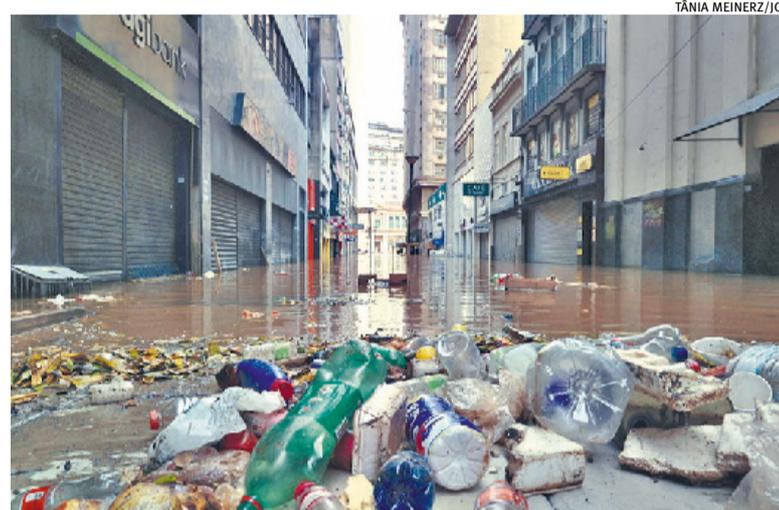
A partir de levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Estado do Rio Grande do Sul (Ibef-RS), algumas iniciativas foram apontadas como fundamentais para a recomposição das organizações. Medidas tributárias importantes passariam, segundo a entidade, pela suspensão de, no mínimo, 12 meses do pagamento dos impostos federais, estaduais e municipais ordinários para MEIs, micro e pequenas empresas, e de seis meses para médias e grandes empresas.

Os impostos apurados, sugere o instituto, poderiam ser parcelados em cinco anos. Seria, da mesma forma, importante a suspensão por 12 meses do pagamento de parcelamentos tributários em curso e alongamento deste prazo ao final.

De acordo com o presidente do Ibef, Odivan Cargnin, o momento é de grande dificuldade para todos, inclusive para os governos. “Não se trata de uma cobrança. A ideia é sugerir, recomendar, ajudar a quem está pilotando as (secretarias) Fazendas e mesmo o governo federal. As sugestões de medidas partiram a partir da nossa própria experiência”, observou, ao lembrar que o instituto representa executivos que estão à frente de diversos segmentos empresariais.

Outas medidas sugeridas dizem respeito à disponibilização, via BNDES, BRDE, Badesul e Bannisul, de linhas de crédito de sete anos para reconstrução das empresas, com juros equivalentes a TLP e prazo de cinco anos para pagamento, sem exigência de garantias.

Além disso, a suspensão por 12 meses do pagamento dos financiamentos vigentes junto aos bancos de desenvolvimento ou seus agentes e alongamento deste prazo ao final do contrato. “Certamente não vai ser suficiente, mas são plausíveis para este primeiro



TÂNIA MEINERZ/JC

Entidade propõe ajuda a empresas e pessoas afetadas pelas enchentes

momento, como o próprio BNDES já anunciou e como a liberação de FGTS, ações mais comuns em momentos de crise”, apontou.

Em relação ao apoio a pessoas físicas, além da liberação do FGTS, a entidade acredita ser viável a suspensão por 12 meses para o pagamento dos financiamentos imobiliários vigentes e alongamento deste prazo ao final dos contratos.

Todas as sugestões foram inseridas em um manifesto entregue aos responsáveis pelas pastas envolvidas em cada esfera de governo. “A ideia é que olhem e usem como inspiração para fazer tudo que tem que ser feito. Procuramos focar nas empresas, elas vão precisar começar do zero, reconstruir. Pelo menos, as empre-

sas tiram essa preocupação pela frente”, concluiu Cargnin.

O instituto, anteriormente, já havia se manifestado contra a retirada dos incentivos fiscais para diversos segmentos da economia gaúcha, cujos decretos estaduais entraram em vigor em 1º de maio. Nesta terça-feira, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), revogou, os decretos que tiraram benefícios fiscais de itens da cesta básica no Estado. Com isso, os incentivos para o setor voltam a valer, o que reduz o preço final dos alimentos.

O Ibef-RS reúne os principais executivos de finanças do País, com o objetivo de fomentar as informações sobre mercado, carreira, tendências, tecnologias e perspectivas.

Logística travada gera falta de insumo no RS e atrasa indústria que tenta operar

O desastre das enchentes segue provocando gargalos logísticos no Rio Grande do Sul. Indústrias que tentam operar sofrem com a falta de parte dos insumos e registram atrasos na entrega de pedidos, dizem lideranças empresariais ouvidas pela Folha.

As fortes chuvas bloquearam rodovias, arrancaram pontes e inundaram o aeroporto Salgado Filho, que foi fechado para pousos e decolagens em Porto Alegre.

Tudo isso dificulta a chegada e a saída de mercadorias das fábricas que não estão alagadas e que buscam manter as operações.

“Tem algumas coisas que já começaram a faltar”, diz Claudio Bier, presidente do Simers (Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas no Rio Grande do Sul), ao tratar das dificuldades no abastecimento de insumos.

Segundo ele, o maior gargalo

logístico para o setor no momento é o bloqueio de estradas, embora o fechamento do aeroporto também atrapalhe, já que uma parcela das matérias-primas é transportada por aviões.

De acordo com o empresário, o Rio Grande do Sul responde por cerca de 65% da produção nacional de máquinas e implementos agrícolas.

“Temos indústrias espalhadas no estado inteiro. Em algumas zonas, a enchente não foi tão violenta como na Grande Porto Alegre e nos vales do [rio] Caí, do Taquari e do Jacuí”, afirma.

“Há empresas que ficaram debaixo d’água e empresas que não estão debaixo d’água, mas os funcionários não conseguem chegar. O terceiro problema, que está afetando quase todas, é a logística”, completa.

Os impactos da crise também

atingem a indústria elétrica e eletrônica. “É uma situação bem complicada, tanto para importação quanto para exportação”, aponta Regis Haubert, diretor regional da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica) no Rio Grande do Sul.

O setor depende bastante do transporte aéreo e marítimo para obter insumos, já que cerca de 80% dos componentes eletrônicos são importados, principalmente da Ásia, diz o empresário.

“Algumas empresas já estão com o atendimento a clientes atrasado. Como o caos da enchente atingiu muitas cidades, muitas empresas estão operando com 50%, 60%, 70% da capacidade.”

“Isso implica diretamente na produção e na capacidade de pedidos e contratos. É uma somatória de fatores que vai complicando cada vez mais as indústrias em ge-

ral no estado”, acrescenta.

Com o fechamento do Salgado Filho, companhias do setor elétrico e eletrônico buscam alternativas para driblar as dificuldades. Uma saída é recorrer a importações via transporte aéreo até o aeroporto de Guarulhos (SP), segundo Haubert.

Em seguida, as cargas são levadas em caminhões até o Rio Grande do Sul, diz o empresário. “De certa forma, a gente está conseguindo suprir [a demanda] com alguns atrasos inerentes à logística.”

Outra indústria com relevância no estado é a de móveis. A Movergs (Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul) afirma que a maioria do setor trabalha com estoque de matérias-primas. Apesar disso, vê possibilidade de “ruptura na produção” por falta de alguns itens no prazo de 15 a 20 dias.

“Em geral, empresas que pos-

suem centro de distribuição em outros estados mantiveram seu faturamento e entrega”, declara a entidade em nota assinada pelo presidente Euclides Longhi.

“As centradas no Rio Grande do Sul estão buscando rotas alternativas para escoar a produção e já conseguem realizar entregas em São Paulo -mesmo que os prazos possam ser um pouco mais longos.”

A Movergs e a Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados) dizem que ainda estão realizando um levantamento sobre os efeitos da crise. “Sabemos que o impacto é muito forte na cadeia produtiva, mas será somente com a pesquisa para ter noção exata do número de fábricas e trabalhadores atingidos pelas enchentes”, afirma o presidente da Abicalçados, Haroldo Ferreira, em nota.